



Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 15 de Março de 2022.

Apresentação

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho

O Banco apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, lucro líquido de R\$ 60.913 mil (2020 - lucro líquido de R\$ 866.124 mil), com destaque para o crescimento de 60% nas receitas de crédito em relação ao exercício anterior (principalmente no segmento de Private Banking), além da realização de novas operações estruturadas significativas para pessoas jurídicas. O Credit Suisse Brasil não alterou os fundamentos de sua estratégia em função da pandemia. O Banco segue com o padrão de conceder crédito apenas com altas margens de garantia. O CS mantém sua visão estratégica focada em Wealth Management, com a grande capacidade na área de banco de investimentos.

Principais fatos societários e/ou administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras

Em 7 de Janeiro de 2022, foi anunciado acordo entre os acionistas controladores do Banco Modal S.A. e a XP Inc. estabelecendo os termos e condições para uma combinação de negócios, a ser efetuada através da troca de ações e incorporação de até 100% das ações do Banco Modal S.A. pela XP Inc. Com base neste evento e, con-

forme requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pelo Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021, a posição acionária detida pelo Credit Suisse no Banco Modal S.A. em 31 de Dezembro de 2021, foi ajustada ao seu valor recuperável - vide detalhes na nota 12.

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

Índice de Basileia

O Conglomerado Credit Suisse Brasilapura seus limites operacionais de forma consolidada. O Patrimônio de Referência, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 4.813.121 mil (2020 - R\$ 4.332.119 mil) e o Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA (Risk-weighted Assets) correspondia a R\$ 2.586.263 mil (2020 - R\$ 2.506.349 mil), resultando em uma margem de R\$ 2.226.858 mil (2020 - R\$ 1.825.769 mil). O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2021, era de 14,89% (2020 - 13,83%).

Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo. Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso site na internet, a partir de 31 de Março de 2022, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que

trata a Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à adequação do Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.credit-suisse.com/br/pt/quem-somos/governanca/dados-abertos/plar3.html>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria aprovou, em 15 de Março de 2022, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme descrito em relatório específico e apresentado a seguir:

A Diretoria:

- Alexandre Sedola
- Guilherme Ferrante Poças
- Ivan de Souza Monteiro
- Leonardo Raibin
- Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça
- Marcelo Augusto Ramos
- Marcelo Antonio Chilov Luzzi
- Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez
- Milena Weiss Aloisi
- Stephane Alberto Lopes

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
Circulante		29.865.094	22.196.299		
Caixa e equivalentes de caixa	5/6	14.576.438	10.368.799		
Disponibilidades		220.229	25.026		
Aplicações intermediárias de liquidez	6	14.356.209	10.333.769		
Aplicações no mercado aberto		14.356.209	10.333.769		
Instrumentos financeiros		13.331.533	9.086.356		
Aplicações intermediárias de liquidez	6	3.216.162	3.772.179		
Aplicações em depósitos intermediários		3.216.162	3.772.179		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		8.051.662	5.006.408		
Carteira própria	7a/b	7.137.891	4.207.075		
Instrumentos financeiros derivativos	7c/d	844.902	600.008		
Vinculados à prestação de garantias		68.869	199.325		
Operações de crédito	8	2.063.709	307.769		
Operações de crédito - setor privado		1.968.292	220.145		
Operações de crédito - setor público		95.417	87.624		
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(9.136)	(11.703)		
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8b/c	(9.136)	(11.703)		
Outros créditos		1.962.199	2.760.761		
Carteira de câmbio	9	144.647	1.192.377		
Rendas a receber	21a	37.494	95.797		
Negociação e intermediação de valores	10	1.734.850	1.431.234		
Ativo fiscal corrente		6.255	8.579		
Diversos	11	42.189	37.001		
Provisão para outros créditos	8b/c	(3.236)	(4.227)		
Outros valores e bens		4.060	2.090		
Despesas antecipadas		4.060	2.090		
Não-circulante		9.628.865	11.108.336		
Realizável a longo prazo		6.745.782	8.903.423		
Instrumentos financeiros		5.060.841	8.174.259		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		863.973	1.837.190		
Carteira própria	7a/b	692.649	909.843		
Instrumentos financeiros derivativos	7c/d	171.324	927.347		
Operações de crédito	8	4.196.868	6.337.069		
Operações de crédito - setor privado		3.061.658	5.251.359		
Operações de crédito - setor público		1.135.210	1.085.710		
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(36.694)	(82.694)		
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8b/c	(36.694)	(82.694)		
Outros créditos		1.721.635	811.828		
Carteira de câmbio	9	1.115.980			
Ativo fiscal diferido	20c	344.809	499.975		
Ativo fiscal corrente		344	284		
Diversos	11	237.435	249.795		
Rendas a receber	21a	27.660	68.450		
Provisão para outros créditos		(4.593)	(6.676)		
Permanente		2.783.083	2.204.913		
Investimentos		2.757.023	2.183.589		
Participações em controladas	12	2.291.569	2.183.583		
No país		912.997	934.809		
No exterior		1.378.572	1.248.774		
Outros investimentos	12	465.454	6		
Imobilizado		26.046	21.251		
Imobilização de uso		76.712	66.709		
Depreciações acumuladas		(50.666)	(45.458)		
Intangível	21b	14	73		
Ativos intangíveis		1.747.637	1.747.651		
Amortizações acumuladas		(1.747.623)	(1.747.578)		
Total do ativo		39.393.959	33.304.636		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
Circulante		29.261.274	23.892.013		
Depósitos e demais instrumentos financeiros		26.532.469	21.332.246		
Depósitos		348.370	67.290		
Depósitos à vista		145	154		
Depósitos a prazo		348.225	67.076		
Captações no mercado aberto		8.394.211	9.136.255		
Carteira de terceiros		2.054.556	125.612		
Carteira de livre movimentação		6.339.655	9.010.643		
Recursos de aceites e emissão de títulos		2.140.167	1.800.766		
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		127.424	121.364		
Certificados de operações estruturadas		2.012.743	1.679.402		
Relações interdependências		59.743	94		
Recursos em trânsito de terceiros		59.743	94		
Obrigações por empréstimos	13	14.840.252	9.700.596		
Empréstimos no exterior		14.840.252	9.700.596		
Instrumentos financeiros derivativos	7c/d	748.641	626.331		
Instrumentos financeiros derivativos		748.641	626.331		
Dívidas subordinadas ou outros instrumentos de dívida		1.085	984		
Dívidas subordinadas	17	1.085	984		
Outras obrigações		2.728.805	2.559.767		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		360	314		
Carteira de câmbio	9	148.743	147.143		
Provisões - Sociais e estatutárias	14a	176.587	307.988		
Provisões - Fiscais e previdenciárias	14b	17.318	20.489		
Provisões - Passivos contingentes	16	559	539		
Obrigação fiscal corrente		77.268	55.633		
Negociação e intermediação de valores	10	2.173.134	1.879.554		
Diversas	14c	134.836	148.107		
Não-circulante		4.299.409	3.860.004		
Exigível a longo prazo		2.301.132	1.845.083		
Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.301.132	1.845.083		
Depósitos		1.807.507	1.104.958		
Depósitos a prazo		1.807.507	1.104.958		
Recursos de aceites e emissão de títulos		-	121.746		
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		-	121.746		
Instrumentos financeiros derivativos	7c/d	214.600	358.544		
Instrumentos financeiros derivativos		214.600	358.544		
Dívidas subordinadas ou outros instrumentos de dívida		279.025	259.835		
Dívidas subordinadas		279.025	259.835		
Outras obrigações		1.940.467	1.935.765		
Provisões - Sociais e estatutárias	14a	71.075	71.720		
Provisões - Fiscais e previdenciárias	14b	46.512	43.075		
Obrigação fiscal diferida		60.432	262.439		
Negociação e intermediação de valores	10	1.592.601	1.397.060		
Diversas	14c	169.847	161.471		
Resultados de exercícios futuros		47.450	79.156		
Resultados de exercícios futuros		47.450	79.156		
Patrimônio líquido	18	5.843.636	5.559.818		
Capital social de domiciliados no exterior		2.030.000	2.030.000		
Reservas de lucros		3.209.519	2.967.371		
Ajustes de avaliação patrimonial		604.117	565.247		
Total do passivo e patrimônio líquido		39.393.959	33.304.636		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre		
		2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		2.124.154	1.802.674	5.061.407
Operações de crédito		437.402	731.896	457.730
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		798.953	1.474.712	4.465.804
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		754.619	(451.273)	1.021.007
Resultado de operações de câmbio		133.180	47.339	1.021.007
Despesas da intermediação financeira		(1.737.902)	(1.179.222)	(4.290.048)
Operações de captações no mercado		(402.806)	(548.269)	(1.316.298)
Operações de empréstimos e repasses		(1.368.319)	(682.563)	(3.029.720)
Reversão líquida de provisão para crédito de liquidação duvidosa		33.223	51.610	55.970
Resultado bruto de intermediação financeira		386.252	623.452	771.359
Outras receitas (despesas) operacionais		(283.841)	(199.440)	127.396
Receitas de prestação de serviços	21c	206.263	382.059	467.991
Despesas de pessoal	21d	(288.569)	(364.847)	(374.582)
Outras despesas administrativas	21e	(96.053)	(185.217)	(151.991)
Despesas tributárias		(35.899)	(70.850)	(67.996)
Resultado de participações em controladas	12	(62.663)	40.347	219.033
Outras receitas operacionais	21e	15.671	43.365	88.448
Outras despesas operacionais	21f	(27.591)	(44.297)	(53.507)
Resultado operacional		97.411	424.012	898.755
Resultado não operacional	12	(278.428)	(278.428)	253
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(181.017)	145.584	899.008
Imposto de renda e contribuição social	20	17.001	(79.610)	(28.529)
Provisão para imposto de renda		53.536	33.115	(159.605)
Provisão para contribuição social		49.710	43.151	(103.688)
Ativo fiscal diferido		(86.245)	(155.876)	234.764
Participações nos lucros		-	(5.061)	(4.355)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício		(164.016)	60.913	866.124
Quantidade de ações ordinárias	18a	277.427	277.427	277.427
Quantidade de ações preferenciais	18a	277.427	277.427	277.427
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação		(0,30)	0,11	1,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre		
		2021	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício		(164.016)	60.913	866.124
Item a serem posteriormente reclassificados para o resultado		-</		



Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. **h.** As operações de crédito estão registradas pelos valores concedidos acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para as operações em atraso igual ou superior a sessenta dias o reconhecimento no resultado de receitas e encargos ocorre quando do efetivo recebimento. **i.** A provisão para operações de crédito é constituída de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, em montante considerado suficiente, pela administração, para cobrir eventuais perdas. **j.** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no patrimônio líquido das sociedades investidas. Outros investimentos são avaliados, principalmente, avaliados ao custo de aquisição, sujeitos a teste de recuperabilidade de ativos (impairment test). **k.** A avaliação do valor recuperável – os ativos não financeiros, incluindo os investimentos avaliados ao custo de aquisição (Nota 12), estão sujeitos à avaliação do valor recuperável no mínimo anualamento ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não serão recuperados no futuro, conforme Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021. Em 31 de dezembro de 2021, foi identificada e contabilizada perda por desvalorização no valor recuperável de outros investimentos registrados ao custo no montante de R\$ 279.371 (31 de dezembro de 2020 não foi identificada perda em ativos não financeiros). **l.** Imobilizado – conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, e em conformidade com a referida norma. **m.** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%. Vale ressaltar que a Emenda Constitucional nº 103/19, aprovada em 12 de novembro de 2019, introduziu uma nova majoração da alíquota de CSLL, para os Bancos, que passaram a ser tributados à alíquota de 20% a partir de março de 2020. Em 15 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.183/21, a qual elevou a alíquota de CSLL para as Instituições Financeiras em 5% para o período de 01 de julho de 2021 à 31 de dezembro de 2021. Assim, efetuamos o reconhecimento do efeito adicional na CSLL corrente para esse período, conforme divulgado na nota 20(a). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa acumuladas. Esses impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos quando a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável, dentro do prazo de 10 anos. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. O valor referente ao crédito tributário está divulgado na nota 20(c). **n.** Negociação e intermediação de valores são demonstrados pelo valor das operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas na B3 S.A., por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação. **o.** Planos de remuneração de longo prazo – os prêmios atribuídos aos funcionários, relativos aos planos globais de remuneração de longo prazo, são registrados no resultado do exercício, em contrapartida a um passivo, à medida que suas condições, tais como a permanência no Banco, sejam cumpridas. Os ajustes desses passivos aos seus valores de liquidação também são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, sendo exclusivamente em ações ou indexados ao preço das mesmas, conforme o plano, com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Qualquer mudança no valor justo do passivo não reconhecido no resultado com despesas de pessoal. **p.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: **•** Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização e sobre as quais não caibam mais recursos; **•** Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados, tampouco divulgados, conforme legislação vigente; e **•** Obrigações legais – quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito. Estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade. O valor das provisões e passivos contingentes estão divulgados na nota 16. **q.** Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.277/13, foram reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao apuração dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado (títulos públicos federais, opções de ações e ações) para as empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Credit Suisse Brasil. **r.** Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.424/15, foi reconhecido contabilmente o passivo atuarial relativo a benefícios pós-emprego (assistência médica), com base no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. A revisão das premissas e avaliação dos efeitos relativos a esse passivo atuarial são efetuadas anualmente. Os impactos do custo do serviço corrente e juros sobre o valor líquido do passivo são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O valor da provisão para passivo atuarial está divulgado na nota 15. **s.** O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício, quando aplicável. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Não há distinção no método de cálculo do lucro básico e diluído por ação, uma vez que não há instrumentos de patrimônio ou qualquer outro instrumento associado que produzam potencial diluição. **t.** A moeda funcional do Banco e de suas controladas no Brasil é o Real e a da Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd., sediada no exterior, é o Dólar Norte Americano. Para a controlada no exterior, os ativos e passivos monetários são convertidos pelas taxas de câmbio no fim do período, os itens não monetários são calculados pelas taxas de câmbio históricas na data das operações e os saldos de resultado pelas taxas de câmbio das datas de ocorrência das transações. Desta forma, a parcela relativa aos ajustes de variação cambial, decorrentes do processo de conversão das informações financeiras da controlada no exterior, foram registrados no patrimônio líquido e apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e de resultado abrangente. **u.** Resultados recorrentes e não-recorrentes – em atendimento à Resolução ECB Nº 2 de 12 de agosto de 2020, evidenciamos que não houve resultado não-recorrente no exercício de 2021, ou seja, não houve nenhum resultado material que não estivesse relacionado ao estresse relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; tampouco não estivesse previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros, com a exceção do ajuste de impairment, descrito na nota 12 - Investimentos.

Os índices de capital dos quais o Conglomerado está sujeito, em cumprimento a Resolução CMN nº 4.193/13, estão apresentados a seguir:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Patrimônio de Referência Nível I.....	4.813.121	4.332.118
Capital Principal.....	4.813.121	4.332.118
Patrimônio de Referência Nível II.....	-	-
Patrimônio de Referência (PR).....	4.813.121	4.332.118
RWA de Crédito ¹	21.583.421	21.953.371
RWA de Mercado.....	7.836.453	6.790.630
RWA Operacional.....	2.898.415	2.585.358
Total do RWA.....	32.328.289	31.329.359
Adicionais de Capital Aplicáveis ²	2,00%	1,25%
Conservação.....	2,00%	1,25%
Índice de Basileia - Capital Nível I.....	14,89%	13,83%
Mínimo Requerido ³	8,00%	7,25%
Índice de Basileia - Capital Principal.....	14,89%	13,83%
Mínimo Requerido ³	6,50%	5,75%
Índice de Basileia - Patrimônio de referência.....	14,89%	13,83%
Mínimo Requerido ³	10,00%	9,25%

¹ O RWA referente aos riscos de crédito e de mercado são apurados pela abordagem padronizada (RWACpad e RWAMPad).

² Além do Adicional de Capital de Conservação, ainda são considerados o Adicional de Capital Contracíclico e o Sistemico, ambos com o valor de 0% nos dois períodos apresentados. O Adicional de Capital de Conservação foi reduzido de 2,5% para 1,25% a partir de 1º de abril de 2020 e possui um cronograma de aumento gradual até 1º de abril de 2022, quando voltará a ser 2,5%, como parte das alterações regulatórias realizadas em resposta ao cenário causado pelo Covid-19 por meio da Resolução CMN nº 4.783/20;

³ Os mínimos requeridos já estão acrescidos dos adicionais de capital aplicáveis, sendo o mínimo de Capital Nível I de 6%, o mínimo de Capital Principal de 4,5% e o mínimo do Patrimônio de Referência de 8%.

5. Caixa e equivalentes de caixa - Os valores de Caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Disponibilidades.....	220.229	25.026
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	14.356.209	10.333.769
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	14.576.438	10.358.795

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez - Estão representadas por vendas a liquidar e depósitos interfinanceiros registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	1.656.094	142.572
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	2.159.894	832.311
Notas do Tesouro Nacional (NTN).....	2.149.964	319.708
Total.....	5.965.952	1.294.591

Posição bancada

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	1.656.094	142.572
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	2.159.894	832.311
Notas do Tesouro Nacional (NTN).....	2.149.964	319.708
Total.....	5.965.952	1.294.591

Posição financeira

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	1.361.543	57.837
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	692.996	67.950
Total.....	2.054.539	125.787

Posição vendida

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	5.070.375	2.359.027
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	932.004	5.944.548
Notas do Tesouro Nacional (NTN).....	333.339	609.816
Total.....	6.335.718	8.913.391

Total de aplicações no mercado aberto.....

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	14.356.209	10.333.769
Total.....	3.216.162	3.772.179

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	34	34
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	489.296	210.472
Notas do Tesouro Nacional (NTN-A).....	58.355	56.906
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).....	46.952	276.196
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F).....	41.262	112.468
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI).....	-	15.046
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).....	-	11.010
Debêntures.....	680.036	692.649
Cotas de fundo imobiliário.....	71.640	84.838
Cotas de fundos multimercado (*).....	6.426.507	6.419.981
Outros.....	-	1.000
Total.....	7.814.082	7.830.540

Vinculados à prestação de garantias

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	-	23.912
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).....	32.581	32.230
Cotas de fundo multimercado.....	36.639	36.639
Total.....	69.220	68.869

Total de títulos e valores mobiliários.....

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Total.....	7.883.302	7.899.409

(*) As cotas dos fundos de investimento multimercado da carteira própria estão representadas por aplicações do Banco em fundos exclusivos do Grupo Credit Suisse.

(*) Em 31 de dezembro de 2021, a composição da carteira do fundo multimercado mais relevante nesta linha, está representada por 23% em títulos públicos federais (2020 - 19%), 22% em ações de companhias abertas (2020 - 38%), 32% em cotas de fundos de investimentos (2020 - 15%), 19% em instrumentos financeiros derivativos (2020 - 28%) e 4% em Debêntures (2020 - 0%).

Segue abaixo quadro com a composição da carteira do Banco por tipo e classificação:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Custo		
Mercado		

Títulos para negociação

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Títulos públicos federais.....	668.480	665.302
Cotas de fundos de investimento.....	6.534.786	6.541.458
Total.....	7.203.266	7.206.760

Disponíveis para venda

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Títulos privados - renda fixa.....	680.036	692.649
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	680.036	692.649
Total de títulos e valores mobiliários.....	7.883.302	7.899.409

Os títulos vinculados à prestação de garantias estão relacionados às operações realizadas pelo Banco na B3 S.A. Os títulos públicos estão custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimentos nas câmaras de liquidação e compensação da B3 S.A.

b. Diversificação de títulos e valores mobiliários por classificação e prazos

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Total.....	1.267.038	1.797.386	2.061.804	540.887	1.068	111.384

Concentração.....

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Provisão por segmento (*).....	(39.856)	(490)

(*) Neste saldo foi considerado o valor de R\$ 4.236.2020 - R\$ 4.227) referente à provisão para outros créditos com característica de concessão de crédito, que está incluído na rubrica "Provisão para outros créditos".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante em aberto de créditos renegociados corresponde a R\$ 1.400.232 (exercício de 2020 - R\$ 488.905). Não houve registros de baixas para prejuízos (exercício 2020 - R\$ 5.247) ou recuperações de crédito (exercício 2020 - R\$ 6.518).

c. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o risco da carteira e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos:

Nível de risco	Carteira de Crédito		Provisão	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020	Dezembro/2021	Dezembro/2020
AA.....	4.079.291	3.776.707	-	-
A.....	2.941.907	3.616.718	(14.710)	(18.084)
B.....	36.681	(367)	-	-
C.....	49.578	54.717	(38.302)	(38.302)
D.....	425	42.208	(425)	(42.208)
H.....	7.107.682	7.490.350	(50.066)	(98.594)
Total.....	14.666.864	14.967.574	(54.412)	(186.298)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as variações da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram as seguintes:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Saldo de abertura.....	(98.594)	(161.606)
Reversões.....	53.210	88.345
Constituições.....	(4.682)	(30.590)
Créditos baixados para prejuízo.....	-	5.247
Saldo no fim do exercício.....	(50.066)	(98.594)

9. Carteira de câmbio

	Outros créditos	Outras obrigações
Dez/2021		
Dez/2020		

Câmbio vendido a liquidar.....

	Dez/2021	Dez/2020
Câmbio vendido a liquidar.....	1.119.817	1.126.399

Direitos sobre venda de câmbio.....

	Dez/2021	Dez/2020
Obrigações por compra de câmbio.....	147.026	59.953

Adiantamentos em moeda estrangeira.....

	Dez/2021	Dez/2020
Adiantamentos em moeda nacional.....	(29.321)	(15.441)

Rendas sobre adiantamentos de câmbio.....

	Dez/2021	Dez/2020
Adiantamentos sobre contratos de câmbio.....	23.105	21.512

Comissões de agentes de exportação.....

	Dez/2021	Dez/2020
Total.....	1.260.627	1.192.377

12. Investimentos

	Lucro líquido	Ajuste de avaliação	Ações	% de participação
Capital social.....				
Patrimônio líquido (prejuízo) do exercício.....				

Participações societárias em controladas

No país

	Dez/2021	Dez/2020
Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.....	135.000	221.823
Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.....	210.000	395.805
Credit Suisse Hedging-Griff Corretora de Valores S.A.....	150.000	117.447
Credit Suisse Hedge-Griff Wealth Management S.A.....	100	177.922
Total.....	495.000	713.097

No exterior

	Dez/2021	Dez/2020
Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd. (b).....	390.635	1.378.572
Total.....	390.635	1.378.572

(a) Ajuste de avaliação patrimonial em coligadas e controladas decorrente de títulos disponíveis para venda e da constituição de provisão atuarial sobre benefícios a empregados (plano de saúde), conforme CPC 33.

(b) Subsidiária integral cuja principal atividade é facilitar a atuação nos mercados financeiros internacionais, sendo os riscos consolidados pelo Banco. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.524/16, a parcela do resultado de equivalência patrimonial relativa aos ajustes decorrentes do efeito da variação cambial está registrada em conta de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no patrimônio líquido da controladora considera os ganhos decorrentes de variação cambial deste investimento no valor de R\$ 61.931 (2020 - ganho de R\$ 319.385).

A perda não realizada relativa a títulos e valores mobiliários, classificados na categoria "disponíveis para venda" no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi perda de R\$ 17.407 (2020 - ganho de R\$ 23.538), líquido dos efeitos fiscais e foi registrado no patrimônio líquido. Não houve títulos reclassificados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **c. Instrumentos financeiros derivativos - i. Hedge de fluxo de caixa:** O Banco tem como objetivo proteger-se das oscilações decorrentes da valorização ou desvalorização do Real em relação ao Dólar Americano decorrente de seu investimento no exterior na Credit Suisse Bahamas Ltd (CS Bahamas), sofrendo alterações mensais em virtude dos resultados mensais auferidos pela entidade ou eventos que alterem o seu patrimônio líquido. O investimento tem prazo indeterminado de realização e o risco a ser objeto de hedge é somente sobre



Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

Outros Investimentos - Em Abril de 2021, após a aprovação do BACEN, o Banco adquiriu a participação equivalente a 19,02% do capital do Banco Modal S.A., através do exercício do contrato de opção de compra das ações e do pagamento de montante equivalente a R\$ 430.716. As ações adquiridas por meio da opção de compra foram registradas pelo valor de R\$ 744.372, que considera o preço observável de mercado das mesmas com a ocorrência do Initial Public Offering (IPO) do Banco Modal S.A. Em 30 de Junho de 2021, o valor de custo da participação no capital do Banco Modal S.A. correspondia a R\$ 744.372. Nesta mesma data, a participação era equivalente a 15,85% do capital social da investida (37.200.000 units), após a diluição em decorrência do IPO. Em 7 de Janeiro de 2022, foi anunciado acordo entre os acionistas controladores do Banco Modal S.A. e a XP Inc. estabelecendo os termos e condições para uma combinação de negócios, a ser efetuada através da troca de ações e incorporação de até 100% das ações do Banco Modal S.A. pela XP Inc. Com base neste evento e, conforme requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pelo Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021, a posição acionária detida pelo Credit Suisse no Banco Modal S.A. em 31 de Dezembro de 2021 (avaliada ao custo desde sua aquisição em Abril de 2021), foi submetida a avaliação de seu valor recuperável, o qual ficou abaixo do valor contábil do ativo naquela data, gerando, portanto, a necessidade de reconhecimento de *impairment* no montante de R\$ 279.372, registrado na rubrica "resultado não operacional". Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil do investimento detido no Banco Modal é de R\$ 465.000.

13. Obrigações por empréstimos - As obrigações por empréstimos no exterior, nas datas-bases indicadas, estão representadas por empréstimos em Francos Suíços e Dólares Americanos, conforme demonstrado abaixo:

Valor em R\$		Valor Captado		
Data da Captação	Data de Vencimento	em Moeda Estrangeira	em Moeda Brasileira	
31/7/2020 ...	1/2/2021	CHF PRE NY + 0 %	454.000	2.678.872
30/11/2020 ...	1/6/2021	CHF PRE NY + 0 %	1.000.000	5.900.600
28/12/2020 ...	1/7/2021	CHF PRE NY + 0 %	190.000	1.121.114
1/7/2021	6/1/2022	USD FED FUNDS + 0.31%	200.000	1.115.980
25/08/2021 ..	23/02/2022	USD SOFR + 0.27%	500.000	2.789.950
26/10/2021 ..	26/04/2022	USD SOFR + 0.32%	120.000	669.588
6/12/2021	7/6/2022	USD SOFR + 0.33%	1.100.000	6.137.890
30/12/2021 ...	14/1/2022	USD PRE NY + 1.57263 %	200.000	1.115.980
30/12/2021 ...	14/1/2022	USD PRE NY + 1.57263 %	538.000	3.001.986
Total Empréstimos no Exterior			14.831.374	9.700.586
Juros com liquidação pendente de câmbio			8.878	-
Total - 2021 ...			14.840.252	-
Total - 2020 ...			-	9.700.586

14. Outras obrigações - a. Sociais e estatutárias: Referem-se a gratificações e participações a pagar no total de R\$ 233.194 (2020 - R\$ 174.004) e dividendos a pagar de R\$ 14.468 (2020 - R\$ 205.704). **b. Fiscais e previdenciárias:** Referem-se a impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 17.318 (2020 - R\$ 20.489). **c. Diversas:** Estão representadas, substancialmente, por valores a pagar decorrentes da aquisição da Credit Suisse Hedging-Griffo Investimentos S.A. no valor de R\$ 155.758 (2020 - R\$150.113), provisão para férias, 13º salário, gratificações e encargos a pagar no valor de R\$ 120.769 (2020 - R\$ 139.495), aluguéis a pagar no valor de R\$ 4.758 (2020 - R\$ 4.876) e provisão para passivo atuarial referente ao plano de assistência médica aos colaboradores e dependentes de R\$ 6.732 (2020 - R\$ 4.595), conforme apresentado na nota 15.

15. Passivo atuarial - O Banco oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela e/ou total do custo do plano. Está garantida a continuidade da assistência médica aos participantes do plano de forma temporária ou vitalícia à medida em que se desligarem ou se aposentarem, dependendo do tempo total de contribuição durante a carreira ativa. O passivo atuarial corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pela empresa aos inativos, ou seja, corresponde à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo. O valor reconhecido como "Outras obrigações - diversas" no período foi de R\$ 6.732 (2020 - R\$ 4.595), e como "Ajustes de avaliação patrimonial", foi perda de R\$ 866 (2020 - ganho de R\$ 4.849), líquida dos efeitos fiscais. O Banco realiza a estimativa e definição das premissas utilizadas na avaliação atuarial anualmente.

i. Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

Dezembro/2021

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
a. Taxa real de juros/desconto de obrigação atuarial	8,47% a.a. (5,31% a.a. real)	7,29% a.a. (3,66% a.a. real)
b. Taxa anual de inflação de longo prazo	3,00% a.a.	3,50% a.a.
c. Tábua de mortalidade geral	AT-2000,	AT-2000,
d. Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
e. Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB - 57	IAPB - 57
f. Hipótese sobre rotatividade	20%	20%
g. Taxa estimada de permanência no plano	75%	75%
h. Aposentadoria	Homens: 100% aos 65 anos Mulheres: 100% aos 62 anos	Homens: 100% aos 65 anos Mulheres: 100% aos 62 anos
i. Composição familiar dos ativos	90% casados, 90% casados, 90% casados, 4 anos mais velho	90% casados, 90% casados, 90% casados, 4 anos mais velho
j. Composição familiar de aposentados	Família informada	Família informada
k. Inflação médica (HCCTR)	6,09% a.a. (3,00% a.a. real)	6,60% a.a. (3,00% a.a. real)

ii. Aumento de custos por idade (*aging factor*)

16. Exposição a riscos: As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, expõe o Banco aos principais riscos dispostos a seguir: • Risco de juros/inflação: os valores dos planos estão vinculados aos índices de juros e inflação, e um aumento nessas taxas, elevará as obrigações e, por consequência, o passivo atuarial e despesas mais relevantes; • Expectativa de vida/permanência no plano: os benefícios definidos disponibilizados pelo Banco possuem como variável a idade do beneficiário e a permanência no plano, por isso o aumento da expectativa de vida e de permanência no plano após a aposentadoria resultaria em um aumento do passivo e das despesas.

iii. Reconciliação do passivo atuarial

Dezembro/2021

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
1. Valor das obrigações no início do exercício	4.595	7.847
2. Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	226	296
3. Juros sobre obrigação atuarial	334	556
4. Benefícios pagos pelo plano	(6)	(15)
5. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	4.102	(4.089)
6. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	(2.519)	-
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	6.732	4.595
b. Reconciliação do balanço		
1. Passivo no balanço no início do exercício	4.595	7.847
2. Despesa reconhecida no exercício corrente	560	852
3. Montantes reconhecidos no OCJ no exercício corrente	1.583	(4.089)
4. Contribuições de patrocinadoras vertidas no ano	(6)	(15)
Passivo no balanço no final do exercício	6.732	4.595
c. Componentes da despesa do plano		
1. Custo do serviço corrente	226	296
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	334	556
Total da despesa a ser reconhecida	560	852
d. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço		
1. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	6.732	4.595
Passivo líquido	6.732	4.595
e. Componentes da despesa do plano projetada		
1. Custo do serviço corrente	263	226
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	567	334
Total da despesa a ser reconhecida	830	560
f. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)		
1. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	4.102	(4.089)
2. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações de premissas financeiras	(2.519)	-
Custo total reconhecido no OCI	1.583	(4.089)
g. Perdas (ganhos) reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)		
1. Valores acumulados reconhecidos no OCI no início do exercício	(2.348)	1.741
2. Perdas (ganhos) reconhecidos no OCI durante o exercício	1.583	(4.089)
Valores acumulados reconhecidos no OCI no final do exercício	(765)	(2.348)
h. <i>Duration</i> da obrigação atuarial	21,6	24,4
i. Fluxo de benefícios futuros		
Exercício atual +1	76	22
Exercício atual +2	130	58
Exercício atual +3	149	61
Exercício atual +4	167	65
Exercício atual +5	197	70
Exercício atual +6 até exercício atual +10	1.402	517
j. Distribuição da obrigação atuarial		
1. Ativos	3.703	2.572
2. Assistentes/aposentados/pensionistas	3.029	2.023
Total da obrigação atuarial	6.732	4.595

A tabela abaixo apresenta os impactos pela alteração das seguintes premissas:

Dezembro/2021

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial ...	(626)	(510)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial ...	723	596
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço	(24)	(25)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço	28	29
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros	(23)	(17)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros	24	17
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+1,0%) na apuração da obrigação atuarial	1.585	1.289
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-1,0%) na apuração da obrigação atuarial	(1.205)	(962)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+1,0%) no custo do serviço	63	65
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-1,0%) no custo do serviço	(49)	(48)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+1,0%) no custo dos juros	134	94
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-1,0%) no custo dos juros	(102)	(70)

16. Provisões e passivos contingentes - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões no montante de R\$ 47.071 (2020 - R\$ 43.614), estão representadas principalmente por honorários advocatícios fiscais, por obrigações legais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, ou outras provisões contingentes que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09, e, por garantias prestadas, com base na Resolução CMN nº 4.512/16, conforme apresentado na nota 21g. Segue abaixo, a movimentação das provisões contingentes no exercício:

Dezembro/2020	Constituições/Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/2021
Fiscais	33.084	771	-	33.855
Trabalhistas (a)	6.015	4.325	(891)	9.449
Cíveis	2.281	-	-	2.281
Garantias prestadas	2.234	12	(760)	1.486
Total	43.614	5.108	(1.650)	47.071
Dezembro/2019	Constituições/Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/2020
Fiscais	42.988	3.690	(12.557)	33.084
Trabalhistas (a)	6.223	2.841	(880)	6.015
Cíveis	4.629	-	(2.311)	2.281
Garantias prestadas	1.500	1.042	(308)	2.234
Total	55.340	7.573	(15.748)	43.614

(a) Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação.

O Banco discute processos nas esferas judicial e administrativa, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, por apresentarem risco de perda possível de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos. Os principais processos são: • Ação na aquisição de investimentos: O Banco defende na esfera administrativa e judicial a aquisição ocorrida em abril de 2013 e janeiro de 2016 sobre a possibilidade de deduzir o agio apurado quando da aquisição da Hedging-Griffo na base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O valor atualizado da causa é de R\$ 757.964, estando depositado em juízo o montante de R\$ 68.123 (2020 - R\$ 65.802). • Limitação temporária da dedutibilidade de perdas com derivativos: O Banco defende na esfera judicial a possibilidade de deduzir perdas em operações com derivativos, ocorridas em 1999, na base de cálculo do imposto de renda, não limitando-se aos ganhos obtidos em operações de mesma natureza. O valor atualizado da causa é de R\$ 471.024 (2020 - R\$ 21.638). • Encargos sociais sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados: O Banco discute nas esferas administrativa e judicial se os valores pagos a título de PLR atenderam aos requisitos da Lei nº 10.101/00, de modo a não incidir encargos sociais. Essas autuações referem-se aos períodos de 2005 a 2013. O valor atualizado da causa é de R\$ 169.275 (2020 - R\$ 156.410). • Multa imposta pelo Banco Central do Brasil: O Banco discute na esfera judicial uma multa imposta pelo Banco Central do Brasil em junho de 2000 em razão deste ter desconsiderado a classificação de algumas operações de câmbio realizadas. O montante envolvido no litígio é de R\$ 24.339 (2020 - R\$ 23.889). • Glosa de despesas com erros operacionais: O Banco defende autuação ocorrida em abril de 2013, na qual o Fisco caracterizou despesas incorridas em 2008 com erros operacionais. Tais despesas foram consideradas indutíveis no cálculo do IR e da CSLL, mas tributáveis na fonte com rendimentos. Objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o Banco apresentou na esfera judicial seguro - garantia da totalidade dos débitos. O valor atualizado da causa é de R\$ 22.065 (2020 - R\$ 21.638). • Tributação do ganho de capital na venda dos títulos patrimoniais da Bovespa e do Banco: O Banco discute na esfera judicial autuação ocorrida em setembro de 2010 sobre ganho de capital na venda dos referidos títulos patrimoniais não tributados para fins do PIS e da COFINS, uma vez que se referiam a resultado na venda de ativo permanente. O valor atualizado da causa é de R\$ 15.761 (2020 - R\$ 15.481). • O Banco discute na esfera judicial do IRPJ e CSLL decorrentes da glosa da despesa de juros e variação cambial ocorrida em ano de 2008, oriundas de títulos de dívida emitidas no exterior pela Latam (Brasil) Representações Ltda entre agosto de 1997 e março de 1998. O valor da causa é de R\$ 543.866 (2020 - R\$ 533.276). • Questionamento de Pessoa Física relativa a indenização por danos sofridos em consequência da não conclusão de um negócio supostamente firmado com o Credit Suisse. Em primeira instância, o processo foi julgado improcedente sem apreciação do mérito. O autor interps recurso de apelação ao qual foi dado provimento. O Credit Suisse interps recurso especial para anular o acórdão que deu provimento à apelação e obteve êxito, de modo que foi determinado o novo julgamento. Aguarda-se julgamento. O valor atualizado da causa é de R\$ 4.182 (2020 - R\$ 3.803). • O Banco também é réu em processos de natureza trabalhista, classificados como risco de perda possível que, em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 64.056 (2020 - R\$ 44.633). Na avaliação da administração, os valores apresentados nessa nota refletem adequadamente os impactos, no balanço e na demonstração do resultado, que seriam esperados caso as contingências (provisionadas e não provisionadas) viessem a ser exigidas.

17. Dívidas subordinadas - O Banco possui dívida subordinada conforme demonstrado abaixo:

Data de captação	Data de vencimento	Taxa	Valores captados em US\$	Dezembro/2021	Dezembro/2020
26/11/1999	26/11/2027	Libor 6M + 3,75% a.a.	50.000	280.110	260.819
Total			50.000	280.110	260.819

18. Patrimônio líquido - a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social está representado por 554.854.377 ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 277.427.188 ações ordinárias e 277.427.189 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no reembolso do capital. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 970.000, passando este de R\$ 2.030.000 para R\$ 3.000.000, sem emissão de novas ações, mediante capitalização da Reserva Especial de Lucros no montante de R\$ 428.651 e Reserva Estatutária no montante de R\$ 541.349 respectivamente. No entanto, em 6 de Setembro de 2021, o BACEN (DEORF) comunicou o indeferimento do aumento de capital solicitado em razão de parte dos saldos utilizados para tal fim somente terem sido incorporados à conta de reserva especial de lucros em Maio de 2021, por conta da reintegração de dividendos do exercício anterior. Em resumo, as reservas de lucros apresentadas no balanço imediatamente anterior ao da solicitação do aumento de capital eram inferiores ao montante total solicitado. O Banco está avaliando submeter um novo pedido para o aumento de capital junto ao BACEN. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o capital social do Banco foi mantido em R\$ 2.030.000. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. A reserva de lucros a realizar está representada por lucros auferidos pela subsidiária do Banco no exterior, Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd., ainda não distribuídos. A realização desta reserva será feita a medida em que ocorra a distribuição de lucros que tenham sido base para sua constituição e a proposta de distribuição e/ou o pagamento de dividendos pelo Banco para sua controladora na Suíça. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2020, foi aprovada a destinação no montante de R\$ 655.699 a conta de "Reserva de lucros - estatutária", correspondente aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, após a constituição de Reserva Legal. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, foi aprovada a destinação no montante de R\$ 394.165 a conta de "Reserva de lucros - estatutária", correspondente aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, após a constituição de Reserva Legal. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, foi aprovada a criação da "Reserva de Lucros - Especial" da Companhia com a finalidade de registrar os lucros que excederem a parcela dos dividendos mínimos obrigatórios e que não possam ser destinados para outra reserva de lucros, em razão dos limites estabelecidos no Estatuto, podendo esta ser utilizada para a absorção de prejuízos, aumento de capital e distribuição de dividendos. Tendo em vista a referida deliberação foi aprovada a destinação no montante de R\$ 222.948 à conta de "Reserva de lucros - especial" da companhia, correspondente aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, após a constituição de Reserva Legal. **c. Dividendos:** Os acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante à legislação em vigor. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 218.566 correspondente aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, após a constituição de Reserva Legal. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 205.704 correspondente aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, após a constituição de Reserva Legal. No entanto, na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de maio de 2021, foi deliberada e aprovada sua reintegração à conta de "Reserva de lucros - especial" do Banco. A administração constituiu a provisão para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 14.468 e a destinação à conta de reserva de lucros especiais o montante de R\$ 43.400, após constituição de reserva legal, referente ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

19. Transações relevantes com partes relacionadas - As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05. **a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Ativo			
Disponibilidades	Controlada	155	23.206
Disponibilidades	Relacionada	159.053	484
Aplicações no mercado aberto	Controladas	607.653	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	Controlada	3.216.162	3.772.179
Títulos e valores mobiliários	Controladas	6.419.980	3.606.287
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	280.845	27.744
Operações de Crédito	Relacionadas	17.939	43.345
Outros créditos:			
Carteira de câmbio	Relacionada	91	17.545
Rendas a receber - dividendos	Controladas	30.677	43.323
Negociação e intermediação de valores	Controladas	448.282	524.708
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas	31.871	18.840
Diversos - aluguel	Controladas	1.436	1.192
Diversos - outros valores a receber	Controladas	21	14
Diversos - outros valores a receber	Relacionada	79	120
Passivo			
Depósitos a prazo	Controlada	237.202	176.632
Depósitos a prazo	Relacionadas	43.527	37.273
Captações no mercado aberto	Controladas	2.054.556	1.565.152
Obrigações por empréstimos	Relacionada	13.722.032	8.579.472
Obrigações por empréstimos	Controlada	1.118.220	1.121.114
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	148.764	23.894
Outras obrigações:			
Sociais e estatutárias - dividendos	Controladora	14.468	205.704
Carteira de câmbio	Relacionada	91	17.504
Negociação e intermediação de valores	Controladas	299.493	420.380
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas	374	11.769
Dívida subordinada	Relacionada	280.110	260.819
Diversas - aluguel	Controlada	8	11
Resultado			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Controladas	846.895	(1.462.183)

...continuação



Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos (Notas 3(f) e 7(c)): A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que utiliza modelos de precificação desenvolvidos pela Administração que considera como premissa, (i) dados observáveis de mercado, como preços de mercado de instrumentos financeiros com características semelhantes, e (ii) modelos matemáticos de interpolação de taxas, entre outros. Essa é uma área que continua a ser definida como foco de auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: • Entendimento relacionado ao processo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos. • Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos em base amostral, a reperformance independente dos cálculos para mensuração dos


instrumentos financeiros derivativos de acordo com as boas práticas de mercado e com os requerimentos das normas do BACEN em relação a metodologia e dados de mercado utilizados. Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes que demonstram os saldos por operação e com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os

riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

 São Paulo, 22 de março de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora
CRC 1SP221490/O-0

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 23/03/2022 18:10

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 16479834028698caeeafca4908b7a6933e1e32a5b5